

Greve nacional dos docentes federais a partir de 28 de maio

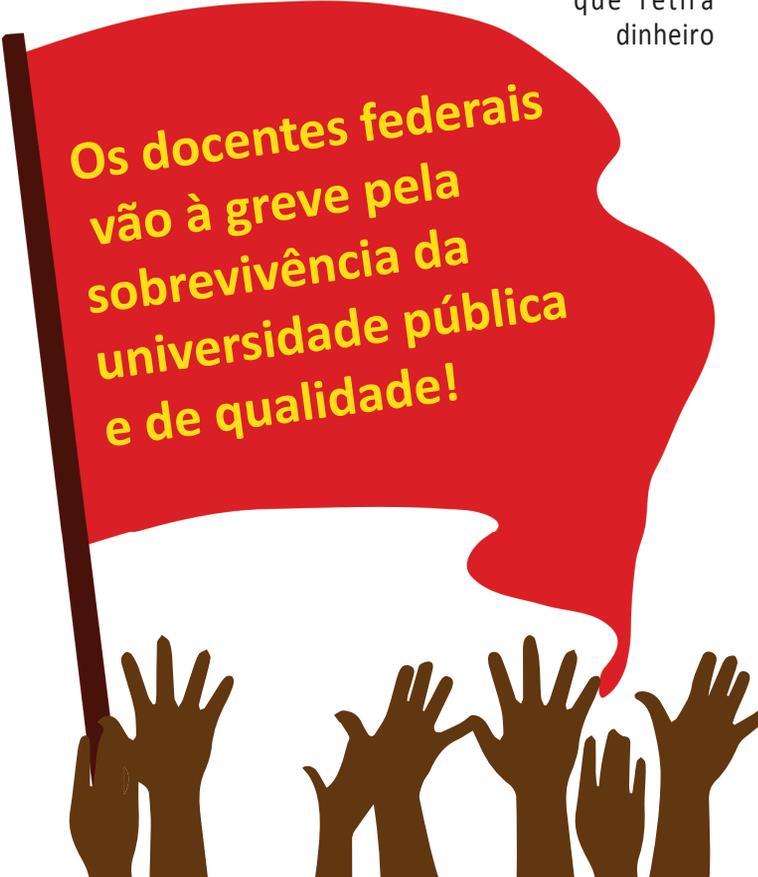
Em defesa do caráter público da educação e dos nossos direitos

O desmonte da educação pública retira direitos dos professores, técnicos, estudantes e de toda a população. As Instituições Federais de Ensino (IFE) estão agonizando com tamanha precarização das condições de trabalho e ensino. O ajuste fiscal do governo Dilma atinge a educação pública, através dos cortes no orçamento de custeio e da falta de investimento, que está inviabilizando o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão nas IFE, prejudicando sobremaneira a qualidade da educação e retirando o direito da população de ter acesso à educação pública e de qualidade. Por outro lado, este

mesmo governo
que retira
dinheiro

da educação pública, aumenta os repasses de verba federal para o setor privado.

Além disso, a possibilidade de contratação via Organizações Sociais (OS) no serviço público e, em particular, na Educação e C & T, anunciada pelo presidente da Capes em 2014, se soma à afirmação da constitucionalidade das OS, a partir do julgamento da ADIN 1923 no STF. Com isso, OS poderão ser instituídas para gerenciar setores das IFE, com sérios prejuízos aos trabalhadores. A fragmentação dos processos de contratação via OS implicará no fim progressivo do concurso público e do Regime Jurídico Único (RJU), colocando as carreiras do serviço público, incluindo a carreira docente, em regime de extinção.



**Os docentes federais
vão à greve pela
sobrevivência da
universidade pública
e de qualidade!**

Mais de um ano sem negociação com o MEC

Em abril de 2014, ocorreu a última reunião de negociação com o governo, na qual foi assinado um acordo entre a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (Sesu/MEC) e o ANDES-SN sobre a reestruturação da carreira a partir de aspectos conceituais iniciais. As reuniões foram interrompidas unilateralmente pelo governo, mesmo após diversas solicitações de audiência de nosso Sindicato Nacional. No ano de 2015, foram realizadas reuniões entre a Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SRT/Mpog) - setorial com o ANDES-SN e geral com o Fórum dos SPF -, mas não houve nenhuma resposta do governo à nossa pauta de reivindicações e sequer o agendamento de nova reunião. O discurso do governo na mesa é protelar qualquer resposta à pauta protocolada. Ao mesmo tempo, o governo continua o ataque aos direitos dos trabalhadores, através de medidas como as MPs 664 e 665, e aprofunda a política de ajustes fiscais, com mais cortes no orçamento social.

A destruição da educação pública e da carreira docente pelo governo exige resposta da categoria. Chega de enrolação! Vamos transformar nossa insatisfação em ação e responder com greve dos docentes federais para exigir negociação. A hora é agora!



Conheça os principais pontos de reivindicação da nossa pauta:

Defesa do caráter público da universidade:

Defesa de concurso público e do R.J.U; Contra a contratação de professores via OS e terceirização; contra os cortes no orçamento e pela ampliação de investimento nas IFE.

Condições de trabalho:

Nenhuma disciplina sem professor! Autorização imediata da ocupação dos cargos de docente existentes e criação de novas vagas para atender às demandas existentes, preferencialmente em regime de Dedicção Exclusiva - inclusive para os Colégios de Aplicação; atendimento urgente das necessidades de infraestrutura, garantindo plenamente as condições para ensino, pesquisa e extensão com qualidade e conclusão das obras iniciadas.

Garantia de autonomia:

- Medidas urgentes para afastar o cipoal normativo e a imposição de condutas, pelo Poder Executivo, que agredem a autonomia universitária;
- Revogação da Lei 9192/92 e o parágrafo único do artigo 56 da Lei 9394/96 (LDB), que ferem os preceitos constitucionais da democracia e da autonomia (composição dos conselhos superiores e a escolha dos dirigentes);
- Manutenção dos saldos do exercício financeiro na instituição, para livre execução no exercício seguinte.

EXPEDIENTE:

O Informandes é uma publicação do ANDES-SN // site: www.andes.org.br // e-mail: imprensa@andes.org.br
Diretora responsável: Marinalva Oliveira // Redação, edição e diagramação: Imprensa ANDES-SN

Reestruturação da carreira:

1) Conceitos e negociação: Que o processo negocial seja retomado a partir do acordo assinado com a Sesu/MEC em 2014, sobre os seguintes pontos conceituais iniciais, a serem definidos no texto da Lei, para a reestruturação da carreira docente.

- A estruturação em degraus constantes desde o início até o final;
 - Percentuais definidos para a valorização de cada uma das titulações;
 - Relação percentual constante entre regimes de trabalho, com valorização da Dedicção Exclusiva;
- A combinação destes três elementos estará integrada, compondo o vencimento de cada professor, segundo a sua situação particular quanto ao nível na carreira, a titulação e o regime de trabalho.

Em relação a esses conceitos, a nossa proposta é:

- Degraus constantes determinados mediante variação crescente em razão de 5%;
- Percentuais de acréscimos relativos à titulação: 75% para doutor; 37,5% para mestre; 18% para especialista; 7,5% para aperfeiçoamento (os acréscimos não são cumulativos);
- Percentuais de acréscimos relativos ao regime de trabalho, tomando por base o regime de 20h, serão: 100% para o regime de 40h; 210% para o regime de DE.

2) Carreira e reenquadramento: Reenquadramento dos docentes ativos, aposentados e instituidores de pensão, em posição de equivalência em relação ao topo da estrutura da carreira;

- Reenquadramento dos professores ativos ou aposentados, que cumpriram os requisitos para progressão funcional, mas ficaram retidos no nível ou classe por tempo superior ao interstício previsto, e também os professores aposentados com a vantagem prevista no artigo 192 da Lei 8112 – RJU terão os períodos e níveis correspondentes acrescidos.

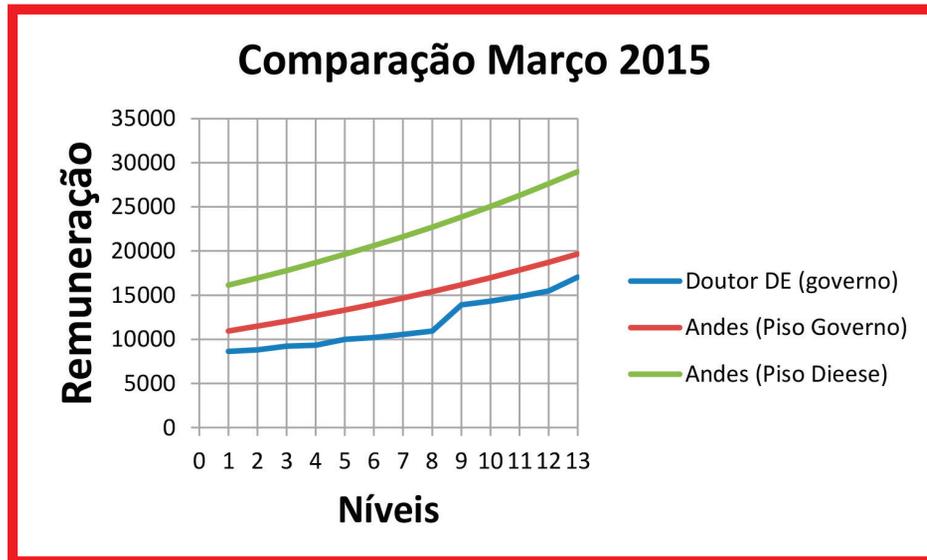
Valorização salarial de ativos e aposentados:

A lei nº 12.772, imposta aos docentes pelo governo em 2012, com seus reajustes anuais em três vezes, além de aprofundar a desestruturação da carreira, não recom- pôs sequer a inflação do período. A valo- rização salarial de ativos e aposen- tados está relacionada à rees- truturação da carreira, para corrigir as distorções, tendo como base o salário mínimo do Dieese (R\$ 3.182,81). É urgente a defesa de uma linha só no contra cheque!



Como é nosso salário e pelo o que lutamos

Veja abaixo a comparação do padrão remuneratório do professor doutor DE, em valores de março de 2015, entre:



AZUL: a situação atual, resultado da sequencia de desestruturas introduzidas pela situação atual.

VERDE: a proposta de reestruturação do ANDES-SN, gerada a partir do piso referenciado no salário mínimo do DIEESE.

VERMELHO: a proposta de reestruturação do ANDES-SN gerada considerando como piso o menor salário atual (remuneração do professor graduado auxiliar 1, em 20h).

Nossa luta deve ser para passar da linha azul para a linha verde!

Agenda de atividades

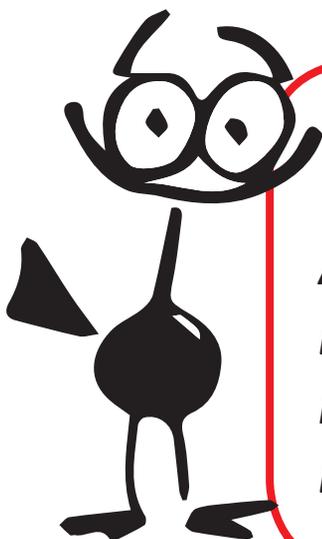
20 de maio: Reunião da Educação Federal para construção de ações conjuntas e organização de uma plenária nacional;

De 20 a 25 de maio: Rodada de Assembleias Gerais pautando a deflagração da greve nacional dos docentes das IFES no dia 28 de maio;

28 de maio: Deflagração da greve nacional dos docentes das IFE;

28 de maio: Instalação do Comando Nacional de Greve, em Brasília;

29 de maio: Paralisação nacional organizada pelas Centrais, contra o PLC 30 da Terceirização, (antigo PL 4330); contra as MPs 664 e 665; pela democracia, rumo à greve geral.



Participe das mobilizações da sua seção sindical!

Atividade: _____

Data: _____

Hora: _____

Local: _____